



**CONTRATO Nº
...../2021**

PAD nº 7.550/2020

**ANEXO IX
MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO,
INSTALAÇÃO, REVISÃO E GARANTIA que
entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa
.....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos nº 10.024/2019 e nº 8.538/2015 e, em conformidade com o Termo de Abertura de Licitação nº 41/2021, Pregão Eletrônico nº./2021, e a proposta vencedora, do certame, regularmente autorizada pelo ordenador de despesas;

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa:

....., inscrita no **CNPJ sob nº**
....., com sede em Cidade/UF, na Rua, nº., bairro
....., CEP:, telefone: (...), e-mail:,
neste ato representada por, portador do CPF/MF nº.
....., doravante denominada CONTRATADA; têm entre si justo e acertado o
que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - A presente contratação tem por objeto a aquisição e instalação de equipamentos de áudio e vídeo, com garantia mínima de 12 (doze) meses, para atendimento das necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme

especificações descritas neste Contrato.

1.1.1 - Compreendem o objeto a aquisição e instalação de equipamentos de áudio e vídeo para realização de eventos, gravações e transmissões on-line de cursos e sessões de julgamentos, via intranet e internet, realizados no auditório, sala de sessões e estúdio deste Tribunal, integrando-se aos equipamentos de streaming já instalados, bem como a aquisição de acessórios para equipamentos periféricos de áudio para uso no palco do auditório em cerimônias e apresentações, além da revisão dos cabos de áudio e vídeo instalados na sala de sessões.

1.1.2 - O presente contrato refere-se aos **itens 1 ao 23** da licitação, que compõem o Lote 1.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições do instrumento convocatório e Termo de Referência, Anexo I, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

1.3 - De acordo com o art. 55 da Lei nº 8.666/93, o fornecimento, objeto deste contrato, será realizado por regime de empreitada pelo preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1 - As especificações do objeto estão descritas nos itens 2.1 ao 2.2.23.7 do Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1 - Do local e prazo de entrega do objeto.

3.1.1 - As entregas dos equipamentos e a realização dos serviços de instalação e revisão deverão ocorrer na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, situado à Rua João Parolin, 224, bairro Prado Velho - Curitiba/PR, em dia de expediente normal, das 12h às 18h, à Seção de Produção Audiovisual, e-mail spa@tre-pr.jus.br, telefone 41-3330-8888.

3.1.2 - O prazo máximo para entrega dos equipamentos e realização dos serviços dos itens 1 ao 23 é de 40 (quarenta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.

3.1.2.1 - Em virtude da reforma do auditório (local onde serão instalados os equipamentos), se esta não for concluída dentro do prazo informado no item 3.1.2, o prazo para instalação será postergado.

3.2 - O recebimento do objeto ocorrerá conforme item 2.4 do Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA QUARTA: DA PROTEÇÃO DE DADOS

4.1 - A Contratada deverá observar as cláusulas referentes à proteção de dados informadas no item 5 do Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - As obrigações do Contratada estão descritas no item 4 do Termo de Referência - Anexo I.

5.2 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA: DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 - A gestão e fiscalização da contratação ocorrerão nos termos do item 6 do Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

7.1 - Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho;
Nota de Empenho:, emitida em/....../.....;
Elemento de despesa:;
Categoria Econômica:;
Código SIASG:

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA E DA GARANTIA

8.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **14 (catorze) meses**, a partir da data da assinatura, **de .../.../..... a .../.../.....**, podendo ser rescindido antecipadamente a critério do CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 8.666/93.

8.2 - O Prazo de Garantia (para os equipamentos e serviços de instalação) será de **12 (doze) meses**, contado a partir do recebimento definitivo.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

9.1 - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de contrato de fornecimento, instalação e garantia e que o prazo de vigência do contrato refere-se ao período de abrangência dos prazos de entrega, recebimento, instalação e garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO PAGAMENTO

10.1 - O valor total a ser pago à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato será de **R\$..... (.....)**, conforme abaixo:

Lote	Item	Descrição	Qtde	Unidade	Código SIASG	Valor Unitário Proposto R\$	Valor Total Proposto R\$
1	1	Mesa de som 24 canais	3	Unidade	458420
	2	Mesa de som 16 canais	3	Unidade	251225
	3	Caixa de som de parede ativa	12	Unidade	343290
	4	Caixa de retorno de palco ativa	4	Unidade	237470
	5	Suporte de parede para caixa de som	12	Unidade	371048
	6	Multicabo para medusa 28 vias	60	Metro	367405
	7	Medusa 8x1 - conectores combo	2	Unidade	449603
	8	Medusa 8x2 - conectores combo	1	Unidade	360591
	9	Medusa 16 vias 25 metros	2	Unidade	366421

10	Cabo ac + sinal	250	Metro	431656
11	Cabo de microfone	200	Metro	382960
12	Microfone com fio	8	Unidade	368179
13	Microfone com fio	8	Unidade	261615
14	Microfone	16	Unidade	374925
15	Microfone	3	Unidade	302370
16	Microfone sem fio	8	Unidade	230371
17	Pedestal	8	Unidade	456779
18	Direct Box Passivo	6	Unidade	379805
19	Conector XLR	100	Unidade	276056
20	TV 85" Para Auditório	3	Unidade	460902
21	Suporte de teto para TV de até 85 polegadas.	3	Unidade	445444
22	Instalações	1	Unidade	1597
23	Revisões	1	Unidade	1597

10.2 - Do documento fiscal:

10.2.1 - O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail para spa@tre-pr.jus.br, em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná.

10.2.1.1 - O CNPJ cadastrado no sistema Comprasnet/documentos de habilitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão da nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

10.2.1.2 - Caso a CONTRATADA não possa emitir a nota fiscal/fatura com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo através da eventual matriz ou filial da mesma empresa licitante vencedora. Nesse caso, ambos os CNPJs (CONTRATADA e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular e atender obrigatoriamente os seguintes requisitos:

- CNPJ da CONTRATADA
- CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- Data de emissão da nota fiscal;
- Descritivo dos valores unitários e totais,
- Número do contrato;
- Banco;
- Agência;
- Número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA)

10.3 - Das condições do pagamento:

10.3.1 - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

10.3.2 – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

10.3.2.1 – Prazo para atestado da Nota fiscal: **até 05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

10.3.2.1.1 – A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

10.3.2.2 – Prazo para pagamento da Nota Fiscal: **até 20 (vinte) dias corridos** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

10.3.2.2.1 – Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será **de 05 (cinco) dias úteis** após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

10.3.3 – Será considerado como data do pagamento, o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3.4 – O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 10.2.1.2.

10.3.4.1 – Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

10.3.5 – O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

10.3.6 – Da Atualização Monetária: Na ocorrência de eventual atraso de pagamento e, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da fórmula $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

10.4 – Da regularidade fiscal:

10.4.1 – Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

10.4.1.1 – A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

10.4.1.1.1 – Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

10.4.2 – A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

10.4.2.1 – O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

11.1 - Da substituição tributária:

11.1.1 – Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430/96, IN RFB 1234/12, IN RFB 971/09, LC nº 116/2003 e LC nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

11.2 - Dos tributos federais:

11.2.1 – Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB 1234/12.

11.2.2 – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

11.2.3 – A nota fiscal, cuja empresa CONTRATADA seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do artigo 6º da IN RFB 1234/12 - anexo IV.

11.3 - Da retenção previdenciária:

11.3.1 – Quando o objeto da contratação contemplar cessão de mão de obra ou empreitada, poderá ocorrer a retenção do INSS prevista no artigo 112, sobre os serviços elencados nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

11.4 - Da retenção do ISS:

11.4.1 – Sobre serviços, poderá ocorrer a retenção do ISS, quando o objeto da contratação se enquadrar no inciso II, do § 2º do art.6º da LC nº 116/03.

11.4.2 – Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), deverá destacar na nota fiscal de prestação de serviços a alíquota na qual está enquadrada, conforme os anexos III ou IV da Lei Complementar nº 123/06. Caso não haja o referido destaque, será considerada a alíquota máxima vigente, ou seja, 5% (cinco por cento).

11.5 – Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

11.6 – A atualização monetária e a multa, provenientes do atraso no recolhimento das obrigações tributárias e/ou previdenciárias serão descontadas do valor da Nota Fiscal/Fatura correspondente, quando a CONTRATADA lhes der causa.

11.6.1 – O não atendimento às especificações do documento fiscal, descritas na cláusula décima, item 10.2, bem como a não comprovação da regularidade fiscal, prevista na cláusula décima, item 10.4.1, darão causa ao previsto no item anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02:

a) **Advertência**, para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

b) **Multas**, cuja base de cálculo será o valor do item empenhado:

b.1) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia pelo atraso na entrega, substituição do item defeituoso, ou instalação, limitado a 30 (trinta) dias.

b.1.1) Excepcionalmente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega/instalação do objeto, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item b.1.

b.1.2) A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso o gestor considere que a mora tornou inservível o cumprimento da obrigação, multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item e rescisão por inexecução contratual.

b.2) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pelo fornecimento/instalação em desacordo com o solicitado ou pela recusa em refazê-los quando constatado que não atendem às características exigidas ou apresentem quaisquer defeitos.

b.3) multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento da prestação da Garantia prevista no **item 8.2**, dos produtos e serviços fornecidos.

b.4) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega do(s) item(ns).

b.5) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o eventual inadimplemento a outras obrigações pactuadas.

c) **Impedimento de licitar e contratar com a União**: Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do

inadimplemento da obrigação e quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

12.2 – Enquanto pendente processo administrativo para aplicação de multa, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá reter parte dos valores previstos em nota fiscal para garantir o adimplemento da penalidade.

12.3 – As multas e os prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos em favor da contratada ou, não havendo possibilidade, deverão ser recolhidos em favor da União, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

12.4 – As multas imputadas à CONTRATADA cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1 – Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos casos elencados nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

13.2 – Será também causa de rescisão se a Contratada alocar funcionários, para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o artigo 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/05, ambas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS

14.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1 – Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as divergências oriundas do presente contrato.

15.2 – E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, de de 2021.

¹Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

.....
Representante Legal
P/ CONTRATADA

Valcir Mombach
Diretor-Geral - TRE/PR
P/ CONTRATANTE